



Heranças arquitetônicas portuguesas: intervenções no patrimônio de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis, SC

Portuguese architectural legacy: interventions in Santo Antônio de Lisboa's heritage, Florianópolis, SC

Legados arquitectónicos portugueses: intervenciones en el patrimonio de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis, SC

Feger, Douglas Jacob¹

Barretto, Margarita²

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, Santa Catarina Brasil.
douglasjacobf@gmail.com
ORCID: 0000-0003-4605-8999

²Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, Santa Catarina Brasil.
barretto.margarita@gmail.com
ORCID: 0000-0002-8725-6433

Recebido em 20/03/2022 Aceito em 07/09/2022



Resumo

Discute-se a utilização e as intervenções identificadas no patrimônio arquitetônico de Santo Antônio de Lisboa, núcleo histórico situado em Florianópolis, SC. O local apresenta traçado urbano que é reflexo da colonização portuguesa na Ilha de Santa Catarina e constitui um importante acervo de edificações de interesse histórico e cultural tombado a nível municipal e inventariado pelo órgão federal. A metodologia inclui revisão bibliográfica em que se aborda o tema patrimônio e o fenômeno do turismo cultural, relacionando-os com os aspectos históricos e o contexto urbano e arquitetônico do bairro. Por meio de pesquisas de campo aliadas ao uso do SIG descreve-se o patrimônio remanescente e analisam-se as principais intervenções presentes nas edificações, utilizando-se como método complementar o desenvolvimento de modelos digitais volumétricos para representar o patrimônio. Observa-se que os remanescentes arquitetônicos passaram por inúmeras transformações para atender aos usos contemporâneos, com adaptações que resultaram em alterações estéticas, percebidas nas volumetrias e nos elementos arquitetônicos.

Palavras-Chave: Arquitetura, Patrimônio arquitetônico, Turismo Cultural, Legado

Abstract

The use and interventions detected in Santo Antônio de Lisboa's architectural heritage, a historic neighborhood located in Florianópolis, SC, are discussed. The site presents an urban layout that is a reflection of the Portuguese colonization on the Island of Santa Catarina and presents an important collection of buildings of historical and cultural interest, listed at the municipal level and inventoried by the federal agency. The research methodology includes a bibliographic review in which the theme of heritage and the phenomenon of cultural tourism are approached, relating them to the historical aspects and the urban and architectural context of the neighborhood. Through field research combined with the use of GIS, the remaining heritage is described and the main interventions in the buildings are analyzed, using as a complementary method the development of volumetric digital models to represent heritage. It is observed that the architectural remnants underwent numerous transformations to meet contemporary uses, with adaptations that resulted in aesthetic changes, perceived in the volumetry and architectural elements

Key-Words: Architecture, Architectural heritage, Cultural Tourism, Legacy

Resumen

Se discuten los usos y las intervenciones identificadas en el patrimonio arquitectónico de Santo Antônio de Lisboa, centro histórico ubicado en Florianópolis, SC. El sitio presenta un trazado urbano que es reflejo de la colonización portuguesa en la Isla de Santa Catarina y constituye un importante conjunto de edificaciones de interés histórico y cultural, catalogadas a nivel municipal e inventariadas por la agencia federal. La metodología incluye una revisión bibliográfica en la que se aborda el tema del patrimonio y el fenómeno del turismo cultural, relacionándolos con los aspectos históricos y el contexto urbano y arquitectónico del barrio. A través de una investigación de campo combinada con el uso de SIG, se describe el patrimonio remanente y se analizan las principales intervenciones presentes en los edificios, utilizando como método complementario el desarrollo de modelos digitales volumétricos para representar el patrimonio. Se observa que los remanentes arquitectónicos sufrieron numerosas transformaciones para atender los usos contemporáneos, con adaptaciones que resultaron en cambios estéticos, percibidos en los volúmenes y elementos arquitectónicos.

Palabras clave: Arquitectura, Patrimonio arquitectónico, Turismo Cultural, Legado

1. Introdução

Os temas patrimônio e turismo cultural são associados nesta pesquisa exploratória ao núcleo urbano de Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis, SC (Figura 1), destacando-se bens arquitetônicos de ordem doméstica, patrimônio religioso, e o traçado urbano colonial, heranças portuguesas que podem ser interpretadas como parte do patrimônio modesto, por conta de sua escala e das características arquitetônicas. Abordam-se também aspectos históricos, como a origem dos imigrantes que ocuparam inicialmente o território de estudo.

Figura 1: Localização do núcleo histórico de Santo Antônio de Lisboa em Florianópolis, SC



Fonte: Bases de dados de Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS). Adaptado pelo autor, 2021.

Delimita-se como área de estudo a região interna da Poligonal de Tombamento e, mais especificamente as edificações previamente inventariadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Santa Catarina (IPHAN/SC), por meio do Dossiê de Tombamento das Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis, publicado em 2015¹;

Santo Antônio de Lisboa foi uma das freguesias durante os processos da colonização portuguesa na Ilha de Santa Catarina. De acordo com Mori (1996), a freguesia era uma divisão administrativa da Igreja, base de cobrança do dízimo, com funções de ordem civil como os registros de nascimentos, matrimônios e de óbitos. Segundo Soares (1990), o nome 'Santo Antônio de Lisboa' foi escolhido para homenagear o santo católico. O nome da paróquia 'Nossa Senhora das Necessidades' refere-se a uma devoção portuguesa possivelmente nascida no século XVII. No presente, o turismo é responsável por muitas das dinâmicas sociais que influenciam na ocupação do bairro, especialmente aos finais de semana, período em que o local é procurado por conta da gastronomia, que inclui principalmente frutos do mar, e também pelo artesanato, com destaque para as rendas de bilros, que representam uma importante tradição herdada dos colonizadores.

O objetivo desta pesquisa volta-se para a utilização das edificações de interesse histórico e cultural e especialmente à identificação das intervenções realizadas nos bens arquitetônicos que são resultados de adaptações ao longo da história, observadas com o uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG) e por meio da visualização das fachadas públicas.

Foram utilizadas as bases de dados disponibilizadas pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE). A

¹ Inclui outros três núcleos urbanos: Ribeirão da Ilha e Lagoa da Conceição, também em Florianópolis e Enseada de Brito, situado em Palhoça, SC.



técnica e instrumento de coleta de dados utilizada no levantamento de campo foi a observação direta não participante. Registraram-se também fotografias de cada uma das edificações inventariadas a partir da via pública. Com base nas observações, nas imagens e nas dimensões obtidas por meio do SIG, foram desenvolvidos modelos de cada bem cultural.

As ilustrações foram desenvolvidas no software *SketchUp* e tratam-se de modelos volumétricos que foram elaborados com base nas proporções observadas e nas dimensões obtidas diretamente da base SIG; deste modo, as dimensões são aproximadas, sem a pretensão de se obter um levantamento preciso das edificações, o que seria inviável pela questão da delimitação de tempo desta pesquisa. O texto adaptado às ilustrações objetivou identificar elementos e/ou detalhes arquitetônicos. Para essa etapa, utilizaram-se os dicionários de arquitetura Ching (2010), Albernaz (1998) e Koch (1996) e também as descrições presentes na revisão bibliográfica.

2. O entendimento de patrimônio

A origem do vocábulo patrimônio, de cunho jurídico, refere-se aos bens que são transmitidos de pais para filhos. O conceito pode ser classificado em diversas categorias, como patrimônio construído, arquitetônico, monumental, urbano, paisagístico e insere-se numa temporalidade, sendo considerado histórico ou contemporâneo. A expressão “patrimônio histórico” é relativa aos anos 1960 e surge para substituir as formas lexicais de “monumento” e “monumento histórico”. (CHOAY, 2011)

Para Le Goff “a memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos” (1990, p. 535). A palavra de origem latina *monumentum* refere-se à raiz indo-européia *men*, cujo simbolismo é a memória (*memini*), uma das funções essenciais do espírito (*mens*). Relaciona-se ao verbo *monere*, cujo significado é ‘fazer recordar’, sendo assim, o monumento é tudo aquilo que pode referir ao passado, perpetuar a recordação (Le Goff, 1990). Nesse entendimento, Choay (2011) complementa que ‘monumento’ serve para nomear tudo aquilo que tenha sido produzido ou realizado pela humanidade com o objetivo de lembrar os elementos formadores da identidade, tais como ritos, crenças, regras sociais, ou mesmo artefatos.

A diferenciação, “monumento histórico”, pautada por Riegl em 1903, caracteriza o artefato, ou conjunto de artefatos que surgiram de modo não intencional, cuja escolha ocorreu em função de seus valores para a história e para a estética. Esse conceito surgiu como fruto do amadurecimento intelectual de duas grandes revoluções culturais na Europa: a Renascença, que por meio dos antiquários valorizou e deu início à conservação da arte da antiguidade, e a Revolução Industrial, que além das contribuições tecnológicas como os progressos que surgiram por conta da fotografia e tipografia, corresponde a um momento de transformação da mentalidade social, consolidando a conservação da arte antiga, bem como a valorização da arte gótica e a abertura dos primeiros museus ao público, momento em que se iniciam as disciplinas da restauração. (CHOAY, 2011)

É no final do século XX que o entendimento sobre patrimônio se dá, por um debate mais ampliado, utilizando-se o termo ‘patrimônio cultural’, que de acordo com a UNESCO, inclui os artefatos, monumentos, grupos de edifícios e sítios que possuem diversidade de valores, incluindo os significados simbólicos, históricos, artísticos, estéticos, etnológicos ou antropológicos, científicos e sociais. (2009)²

No que concerne à legislação brasileira, inicialmente o Decreto-Lei de 1937, utilizou-se dos termos ‘patrimônio histórico e artístico’ para organizar e sistematizar a proteção dos bens nacionais pelo IPHAN, por meio dos Quatro Livros do Tombo, mas é com a Constituição Federal de 1988, que os termos ‘patrimônio histórico e artístico’ são renovados para ‘patrimônio cultural’, cujo conceito é mais ampliado, conforme reza o artigo 216:

² Definições presentes na Convenção para a proteção do Patrimônio mundial, cultural e natural, situada em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.



“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” (BRASIL, 1988)

De modo sintetizado, a preservação do Patrimônio Histórico no Brasil surgiu amparada no poder público, frequentemente a própria esfera pública é quem estabeleceu aquilo que deveria ser preservado, lembrado ou esquecido. Neste cenário, houve privilégio ao barroco, tido como ícone da identidade nacional, e exclusão de outras estéticas como neoclássico, *art nouveau* e o ecletismo. Deste modo, determinados bens foram selecionados como representativos da memória nacional, contrariamente ao interesse de outros, que tivessem o poder de mostrar a diversidade cultural do país. (FERNANDES, s.d.)

Fonseca (2005) analisou os dois períodos mais marcantes da política pública de preservação do patrimônio no Brasil – o momento fundador, entre os anos 30 e 40, e o momento renovador, entre as décadas de 70 e 80 – segundo a autora, na primeira fase o projeto para a cultura brasileira, desenvolvido pelos modernistas inseridos na administração federal, estava voltado para a construção de uma tradição cultural que fosse dotada de autenticidade nacional e universal simultaneamente; já no segundo momento, objetivou-se ampliar e atualizar a representação da cultura brasileira, arquitetada pelas instituições estatais, conectando-as com os interesses sociais e econômicos, plano que na sequência direcionou para a vinculação da questão cultural aos direitos da cidadania, com o propósito de ampliar a noção de patrimônio e de promover a participação social, democratizando a política federal de patrimônio.

No presente, a noção de patrimônio no Brasil é resultado de quebras de paradigmas, conforme expõe Gonçalves (2015) ao mencionar que se antes de 1980 as explanações acerca da construção dos patrimônios baseavam-se solidamente na nação, e que todo e qualquer bem tombado tinha motivação de sua proteção em função de sua ligação com a história e com a identidade nacional, nas décadas mais atuais, diversos outros grupos e movimentos sociais vêm reivindicando, reconhecendo ou contestando patrimônios a eles associados, sem necessariamente vincular esses bens à ‘identidade nacional’ num primeiro plano.

A ampliação do entendimento de patrimônio, seja a percebida na legislação ou nas posturas e recomendações dos eventos de cunho patrimonial, se dá pelo aporte teórico desenvolvido. Para Granato e Campos “O embasamento teórico para a atividade de conservação de bens culturais é fundamental para seu melhor exercício prático” (2013, p.10). Kuhl (2010) inteira que as disposições teóricas da restauração, que norteiam a maneira de intervir em bens de interesse cultural, relacionam-se imediatamente com o que motiva a preservação, resultado de ao menos dois séculos de formulações teóricas, relacionadas a experimentações sistemáticas e a planos legislativos; além disso, resultam do período de um século em que a restauração é compreendida como campo disciplinar autônomo, não de modo isolado, mas multidisciplinar, possuindo particulares instrumentos técnico-operacionais e referências teórico-metodológicas igualmente próprias.



3. A prática no campo patrimonial e o turismo cultural

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a criar uma legislação com o objetivo de proteger, preservar, divulgar e gerir seu patrimônio histórico e artístico (Decreto-lei nº 25/1937 mencionado). Primeiramente buscava-se a preservação dos bens de caráter estético-estilístico, considerados excepcionais, em especial, a arquitetura tradicional luso-brasileira do período colonial. Contudo, a concepção de patrimônio naquele momento seguia os preceitos da Conferência de Atenas (1931), limitando-se à preservação de monumentos e não de contextos urbanos. É nos anos 1970 que por meio de novas perspectivas é desenvolvido o Programa das Cidades Históricas (PCH), que trouxe um debate e práticas que relacionam patrimônio, cultura e turismo por meio de políticas públicas como alternativas ao desenvolvimento econômico. (BONDUKI, 2010)

Sucessor ao PCH, o Programa Monumenta começou a ser formulado em 1995, com o Ministério da Cultura e foi viabilizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com base nas experiências de intervenções realizadas em Quito, capital do Equador, em 1987. (BONDUKI, 2010) O modelo inicial do programa objetivou dinamizar a preservação do patrimônio de núcleos urbanos sob proteção federal, de modo que integrasse ações de restauração e até mesmo a capacitação de mão-de-obra. Estruturou as ações de intervenção principalmente fundamentadas pelas atividades que se relacionavam ao turismo cultural, tido como única alternativa viável para aliar a preservação e o desenvolvimento local. (DIOGO, 2009)

Após o Monumenta, as novas ações desenvolvidas na esfera do governo brasileiro para retomar obras visando à reabilitação do patrimônio foram as práticas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inicialmente criado em 2007 por iniciativa do governo federal com a coordenação do Ministério do Planejamento. No ano de 2013 foi criado um segmento dedicado aos sítios históricos urbanos que são protegidos a nível federal: O PAC Cidades Históricas. Os recursos foram destinados para 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, em 44 cidades brasileiras de 20 estados. (IPHAN, 2021)

O mais recente plano anunciado pelo governo federal é um acordo de cooperação internacional entre Brasil e Portugal, assinado em março de 2020, intitulado 'Programa Revive'. Baseia-se nas experiências do governo português e não prevê a transferência de recursos entre as nações e sim parcerias público-privadas para a realização de restauros do patrimônio cultural, cujos objetivos estão voltados para a promoção do turismo. (IPHAN, 2021)

De acordo com o Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural elaborado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico e Natural do Município (SEPHAN), a cidade de Florianópolis possui cerca de 500 edificações preservadas na esfera municipal, com estimativas de que 60% se apresentam em bom estado de conservação, 30% em estado razoável e 10% em estado precário. Os imóveis de caráter privado inclusos neste montante são recuperados com recursos dos proprietários, contudo há também participação do poder público municipal de modo indireto, por meio de concessões de incentivo fiscal e urbanístico, seja com a Transferência do Índice de Construção ou pela Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). (ADAMS; NUNES; ARAÚJO, 2012)

O SEPHAN ressalta que parte dos problemas identificados nos bens relaciona-se à falta de manutenção, a intervenções inadequadas, e também aos avanços tecnológicos e da globalização, que ocasionam mudanças de valores e no comportamento social. Essas motivações ocasionam transformações no processo de urbanização das cidades e por consequência na paisagem cultural. Padronizar os valores e uniformizar a paisagem acarreta na perda de identidade local, um fator danoso para uma cidade que possui como uma das bases da economia o turismo. (ADAMS; NUNES; ARAÚJO, 2012)

A importância do patrimônio como atrativo turístico é objeto de um consenso cada vez mais difundido, cujo desafio contemporâneo está em melhorar a integração entre a proteção e a valorização



do patrimônio e do turismo sob a ótica do desenvolvimento local. A definição de turismo cultural inclui as visitas feitas por pessoas externas a uma localidade, com total ou parcial motivação pelo interesse na história, arte, ciência e/ou culturas. (NAZCO *et al* (2015) Com relação à qualidade da interação entre o turista e o núcleo receptor, Barretto afirma que “passa, necessariamente, pela questão da preservação do patrimônio natural e cultural.” (2014, p. 140)

Adams (2019) reconhece a relevância de novas experiências e a ampliação do conhecimento proporcionada pelo turismo cultural, reiterando que os fluxos de visitantes podem reverter em renda, oportunidades para a economia e uma diversificação no convívio dos residentes de determinada centralidade histórica. Um dos grandes eixos da atividade turística, os remanescentes patrimoniais, correspondem a um legado que é insubstituível. Deve, a preservação, ser responsabilidade compartilhada entre a comunidade, os empresários, o setor público e os visitantes, sendo necessário identificar e reconhecer os atributos de cada sítio patrimonial, uma vez que, com a clara percepção dos valores, contribui-se para a compreensão do lugar e sua proteção.

Os patrimônios culturais abordados no recorte deste trabalho correspondem a proteções de nível municipal, estadual e federal. No âmbito municipal é protegida a Área de Preservação Cultural (APC-1)³ de Santo Antônio de Lisboa pelo decreto nº 15.069 de 18 de agosto de 2015, que inclui edificações classificadas em três níveis de preservação. Na esfera estadual de acordo com o Decreto nº 2.998 de 25 de Junho de 1998, encontra-se salvaguardada a igreja de Nossa Senhora das Necessidades, compreendendo a praça fronteira ao adro e o cemitério adjacente, além de uma área de entorno que abrange 100 metros. Ainda no nível estadual é tombado o Casarão e Engenho dos Andrades por meio do Decreto nº 5.916 de 21 de novembro de 2002, no qual também é considerada uma área de entorno de 100 metros (FCC, 2021). Com relação à proteção a nível federal, foi publicada no diário oficial de 04 de novembro de 2016 uma notificação por parte do IPHAN que por meio do Processo n.º 1. 273-T-88 (Processo n.º 01510.000565/2011-61) institui o tombamento⁴ das Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis, no qual se inclui o núcleo de Santo Antônio de Lisboa.

4. Heranças urbano-arquitetônicas portuguesas

Santa Catarina já recebia expedições nos primeiros anos do século XVI (Piazza, 1982), parte correspondendo aos ciclos de descobrimentos marítimos ibéricos, bem como de outras nações europeias. Na Ilha de Santa Catarina, os primeiros a povoar são naufragados de algumas expedições posteriores. (PIAZZA, 1982)

Francisco Dias Velho é considerado o fundador do povoado de Nossa Senhora do Desterro⁵. Promoveu o povoamento e as plantações, e a partir de 1678 começou a construir a primeira capela. (PIAZZA, 1982) Além de ter providenciado a construção da igreja, teria sido o responsável por erguer os primeiros edifícios, que possivelmente eram simples ranchos cobertos por palha. (SOUZA, 1981)

Com a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, pela Coroa Portuguesa, evidencia-se a importância da posição geográfica da ilha. O interesse por ocupar o espaço vazio deste território, condiciona a Corte de Lisboa à política do *Utis possidetis*⁶ para a conquista do Brasil sul. (IPHAN/SC,

³ Conforme LEI COMPLEMENTAR Nº 482, DE 17 DE JANEIRO DE 2014: “APC1 - Áreas de Interesse Histórico-Cultural destinam-se à preservação do patrimônio cultural, abrangendo o arquitetônico, artístico, paisagístico, tecnológico, urbanístico dentre outros, incluindo assentamentos, conjuntos, espaços, edificações, monumentos e objetos;” (FLORIANÓPOLIS, 2014)

⁴ Caracterizado como Tombamento Provisório.

⁵ “Oficialmente a freguesia de Nossa Senhora do Desterro foi elevada à categoria de Vila em 21 de Janeiro de 1730 (título que usava o consenso popular) e Cidade, com o nome de Desterro, em 1823.” (PEREIRA, 2003, p. 227) Atualmente Florianópolis, cujo nome foi alterado em 1894 para homenagear o presidente Floriano Peixoto.

⁶ “O Tratado baseado no “uti possidetis” (como possuir), foi o caminho escolhido, tanto pela Espanha como por Portugal, para definir-se os direitos territoriais na América depois de 1651, notadamente os territórios no Sul do Brasil. O que se tem como domínio português, além Tordesilhas, resulta da aplicação desse princípio.” (PEREIRA, 2003, p.57)



2015). Em 11 de agosto de 1738 é criada a capitania de Santa Catarina⁷, cuja capital era a Vila de Nossa Senhora do Desterro. (FARIAS, 2001)

Com as determinações da Carta Régia do período colonial, o Brigadeiro José da Silva Paes é enviado para a Ilha para nela construir seu sistema defensivo. Silva Paes requer à Coroa Portuguesa o envio de colonos, para que ocupem as terras insulares, para que sejam menos vulneráveis, de modo que o sistema das fortificações, do qual ficou responsável, pudesse funcionar. Em 1746, por meio do Conselho Ultramarino⁸ são lançados editais de migração nos arquipélagos de Açores e de Madeira. (IPHAN/SC, 2015) Santos (2004) relata que até 1756 chegaram de aproximadamente 5.000 pessoas⁹, principalmente à Ilha, mas também para ocupar outras cidades litorâneas situadas entre a altura de São Miguel e de Laguna. A eles eram prometidos diversos benefícios, como terras, ferramentas, armas, animais e outras ajudas, das quais muitas não se concretizaram.

Os núcleos das ocupações coloniais em Santa Catarina eram concebidos com a concentração do povoado em aldeias, configurados principalmente por uma praça com as casas ao redor e o templo no lugar de maior relevo (PELUSO JR., 1953), assim como descreve Reis (2012, p.100)

“Nos núcleos costeiros, a praça, iniciando-se junto ao mar, estende-se até a capela edificada sobre pequena elevação. A exemplo de outras fundações de ascendência portuguesa, o destaque dado a praça nas localidades da Ilha marca a presença do poder temporal e do poder da Igreja, oferecendo também espaço de acolhida para as manifestações coletivas da população dispersa. No caso das praças situadas à beira-mar, concentrando também as funções portuárias, evidencia-se a vinculação do núcleo à rede configurada pelos diversos ancoradouros. Ainda hoje, tais praças constituem espaços bastante utilizados, tanto no cotidiano quanto em ocasiões festivas, estabelecendo-se como centros referenciais e espaço público principal dessas localidades.”

Um dos primeiros núcleos açorianos na Ilha de Santa Catarina foi a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades. A escolha do local foi influenciada pelo solo fértil e pela condição portuária, ótima localização formada por uma baía tranquila. O fácil acesso ao mar permitia aceder às demais freguesias da região e à Desterro, sendo também próxima das fortalezas São José da Ponta Grossa, Ratonas, Santa Cruz de Anhatomirim e também do antigo porto de Sambaqui. (IPHAN/SC, 2015)

Em 1698 chegaram diversos casais açorianos para acompanhar o Padre Mateus de Leão e ocupar sesmarias¹⁰, cujas terras foram cedidas pelo procurador Marquês de Cascaes. Em 1714 o sargento-mor Manuel Manso de Avelar se estabeleceu nesse núcleo. Décadas mais tarde, sua filha D. Clara Mansa foi a responsável por conseguir a Provisão de 1750, que data a fundação da freguesia. Em 1756 a Sra. Clara Mansa de Avelar doou o terreno em que foi edificada a Igreja. (SOUZA, 1981)

Segundo Farias (2001) a Ilha de Santa Catarina contou com a ocupação urbana regulada através da Provisão Régia de 1747; similar ao encontrado ao longo da faixa litorânea brasileira, uma vez que o foco na uniformidade é um fator que caracteriza a construção de vilas setecentistas no Brasil, que manifesta influências barrocas, no qual o traçado urbano é demarcado pelas fachadas, que

⁷ Por meio da Carta-régia de 11 de agosto de 1738 de D. João V, Rei de Portugal, ao Governador do Rio de Janeiro.

⁸ Conselho Ultramarino: Um dos órgãos da administração colonial portuguesa. Funcionou entre 1642 até 1833 (MARTINS, 2018).

⁹ BURG e FRONZA (2013) apontam que o número é de 6.000 açorianos e PIAZZA (1983) expõe que, de um alistamento de 9.329 pessoas, teriam vindo para Santa Catarina cerca de 6.500 imigrantes.

¹⁰ Sistema português de concessão de terras. No Brasil iniciado por D. João III, quando da criação das Capitanias Hereditárias. O sesmeiro, colono que recebia a parcela de terras deveria arrendar ou explorá-las. A doação das sesmarias tinha como interesses da Coroa Portuguesa a taxação das produções e principalmente a demarcação de fronteiras. VAINFAS (2001)



apresentam intensidade estética e unidade na composição, de modo constante mantido no decorrer dos séculos.

“[...] Fazem parte dessa tipologia edificações caiadas de branco, de um a dois pavimentos, cujos telhados, com telhas capa e canal, apresentam o caimento atenuado por galbos; a sua interligação com as fachadas, predominantemente em um só plano, compostas por cunhais e embasamentos; os vãos ritmados, com molduramento em madeira, e posteriormente requadros em massa, abrigando esquadrias que apresentam duas folhas, às quais estão sobrepostas as guilhotinas.” (FARIAS, 2001, p. 689-690)

Para cada casal de açorianos e madeirenses que veio ao Brasil, D. João V cedeu um quarto de légua em quadro¹¹, terreno que serviria não só para a construção de moradia, mas também para o cultivo agrícola. (SOUZA, 1981) Nos núcleos urbanos os lotes possuíam testada reduzida e extensa profundidade, as edificações eram alinhadas na via pública e em razão de segurança e economia, geminadas, estruturando um contínuo percurso de casas muito semelhantes. Não se pode afirmar existir uma influência açoriana de modo direto no que foi construído na Ilha de Santa Catarina, já que gênese das edificações açorianas é a mesma que a de Portugal continental. (ALTHOFF, s.d.)

Sobre a divisão interna das casas, destaca-se a presença de alcovas, (quartos sem janelas para o exterior) geralmente aos pares. Cabe salientar também que inexistiam banheiros nas edificações, e, além disso, outro espaço que se fazia presente em algumas casas era um ‘puxado na parte de trás’, reservado para cozinha ou para serviços considerados femininos como fiação de algodão, tear, crivo, costura e para a renda de bilros. (PEREIRA, 2003)

Ao longo dos séculos XX e XXI diferentes motivações resultaram na perda de boa parte do acervo arquitetônico da cidade de Florianópolis. Segundo Farias (2001) a área central foi transformada, especialmente a paisagem arquitetônica, da qual foi perdido considerável parte do acervo, cuja proteção por leis específicas teve início na década de 80 do século XX, fato que não ocorreu nas freguesias e áreas rurais semi-isoladas, já que por conta das dificuldades envolvendo o transporte até o início dos anos 1970 favoreceu-se a preservação do espaço construído e da arquitetura caracterizada como luso-brasileira, como em Santo Antônio de Lisboa.

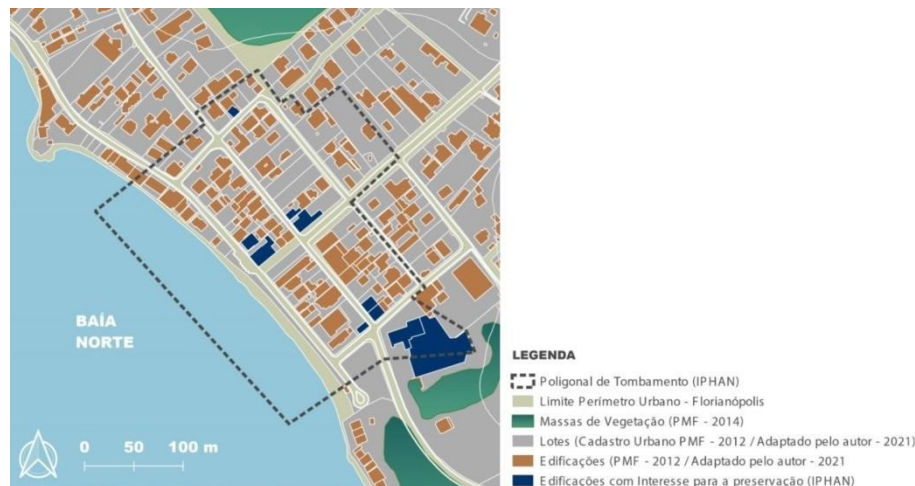
Para o IPHAN/SC (2015), apesar das transformações decorrentes da passagem do tempo, Santo Antônio de Lisboa mantém em sua arquitetura e nos antigos costumes, testemunhos relacionados à vinda dos colonos açorianos. A importância histórica dessa ocupação ocorre com a implantação da Igreja defronte ao mar, das edificações, formatos dos lotes e vias, dos remanescentes arquitetônicos, tradições, festas, a memória e os valores referentes à paisagem do local; aspectos que exprimem a relevância do núcleo histórico para a história catarinense.

¹¹ Nos termos da regulamentação da Provisão Régia, a porção de ‘um quarto de légua em quadro’ seria uma área equivalente a 500 metros quadrados. (PEREIRA, 2003)

5. Desenvolvimento da pesquisa

O núcleo urbano de Santo Antônio de Lisboa, que se situa na costa oeste da baía norte da Ilha de Santa Catarina (Figura 3) apresenta-se plano próximo da orla e tem a topografia levemente acidentada na porção norte.

Figura 3: Mapa de caracterização do núcleo histórico e Santo Antônio de Lisboa



Fonte: Base de dados IPUF, 2012. Adaptado pelo autor, 2021

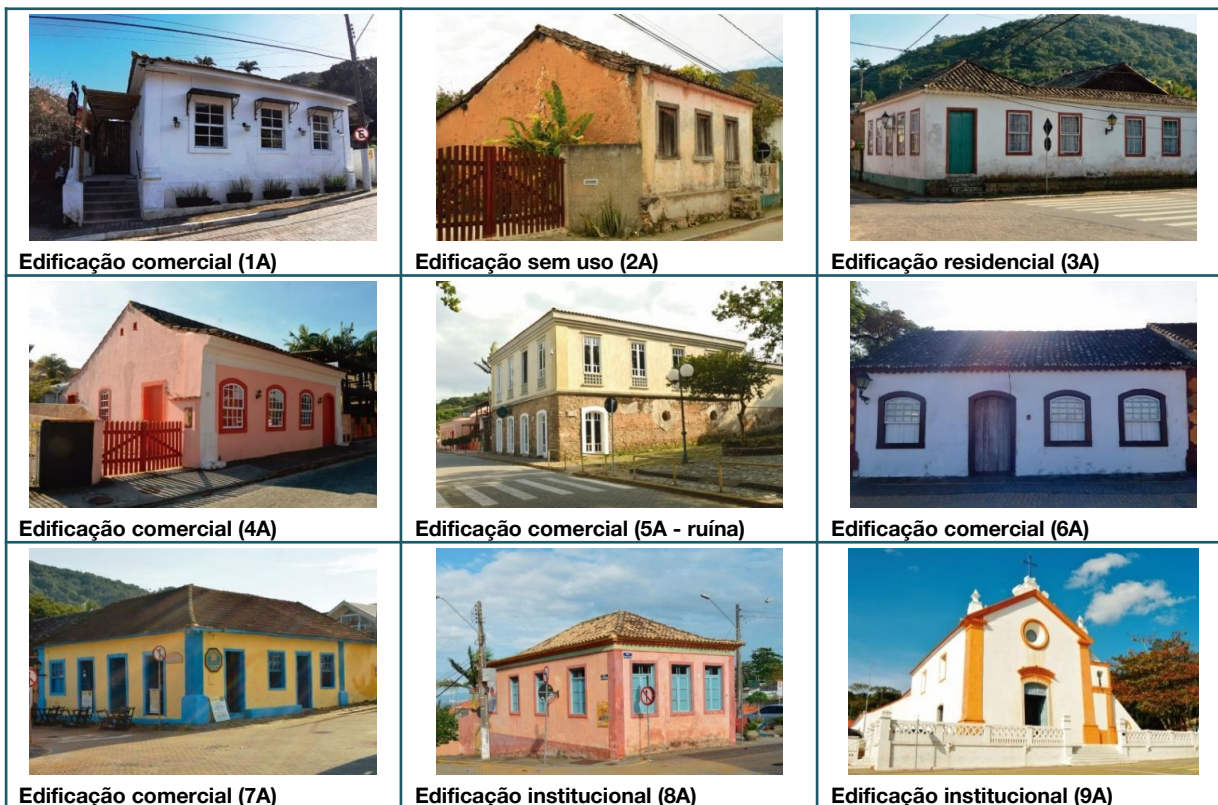
No núcleo histórico a área da Poligonal de Tombamento (em tracejado preto) apresenta pequenas quadras e estrutura de lotes regulares (em cinza), com uma ocupação mais retangular. Externo a poligonal observam-se de modo geral duas situações: lotes de um condomínio fechado (ao norte), igualmente regulares, e lotes irregulares, com dimensões variadas, adaptados ao arruamento e à topografia.

Os polígonos em laranja referem-se às edificações, em geral de pequenas dimensões, mas que ocupam considerável parte dos lotes, muitas vezes não apresentando recuos laterais; os polígonos em azul escuro correspondem aos bens inventariados pelo IPHAN, que compreendem nove edificações, e o cemitério adjacente à igreja.

Os gabaritos são baixos; dentro da poligonal as maiores edificações em altura possuem até três pavimentos, mas que não contrastam em altura com a Igreja, que detém o maior destaque no ambiente, apresentando visualmente dois andares, algo a ser visto como positivo para a paisagem do núcleo histórico.

Santo Antônio de Lisboa é considerado uma rota gastronômica que motiva a aglomeração de visitantes, especialmente aos finais de semana. No local predomina o uso residencial, seguido do comercial (restaurantes, cafés e lojas de artesanato), com poucas edificações de uso misto. Também dentro da área da poligonal há comércios vicinais (mercado, loja de materiais de construção e outros).

O conjunto inventariado pelo IPHAN em Santo Antônio de Lisboa (Quadro 1) é modesto, apresentando apenas dez bens, dos quais um corresponde ao cemitério adjacente à igreja e nove são edificações.

Quadro 1: Relação das edificações inventariadas em Santo Antônio de Lisboa

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Os usos das edificações de interesse histórico são variados. Apenas uma apresenta o uso residencial (3A), e há outra que se encontra sem utilização (2A).

Com relação às edificações de uso institucional 8A e 9A, que correspondem à Casa da Renda e à Igreja Nossa Senhora das Necessidades, ambas apresentam boa conservação e poucas intervenções na fachada. As duas possuem usos relacionados com as atividades turísticas, seja com turismo cultural, ou com turismo religioso. A Casa da Renda pertence à prefeitura de Florianópolis, seus usos culturais permitem a exposição e a venda de artesanatos locais, com destaque para as rendas de bilros. A Igreja é um bem da Paróquia Nossa Senhora das Necessidades, que pertence a Arquidiocese de Florianópolis.

Há cinco edificações que possuem uso comercial (1A, 4A, 5A, 6A e 7A). As edificações 1A, 4A, 6A e 7A, apresentam-se visualmente bem conservadas e contam como maiores intervenções as construções de anexos aos fundos; nas fachadas há principalmente elementos como placas e arandelas, também alguns elementos de caráter reversível tais como toldos. Já a edificação 5A é uma intervenção em ruína. Destas cinco edificações, quatro possuem usos que se relacionam diretamente com a atividade turística, duas como restaurantes e duas como galerias de fotografia e de arte (5A, 7A, 4A e 6A, respectivamente).

No quadro 2 estão identificados os principais elementos que compõem as arquiteturas e que ainda se fazem presentes nestes bens. As edificações caracterizam-se como luso-brasileiras, com exceção da edificação em ruínas.

Geralmente ao menos uma das fachadas é alinhada na via pública; há reduzidos recuos laterais e, aos fundos, é onde estão boa parte das intervenções que acrescentam volumetrias.

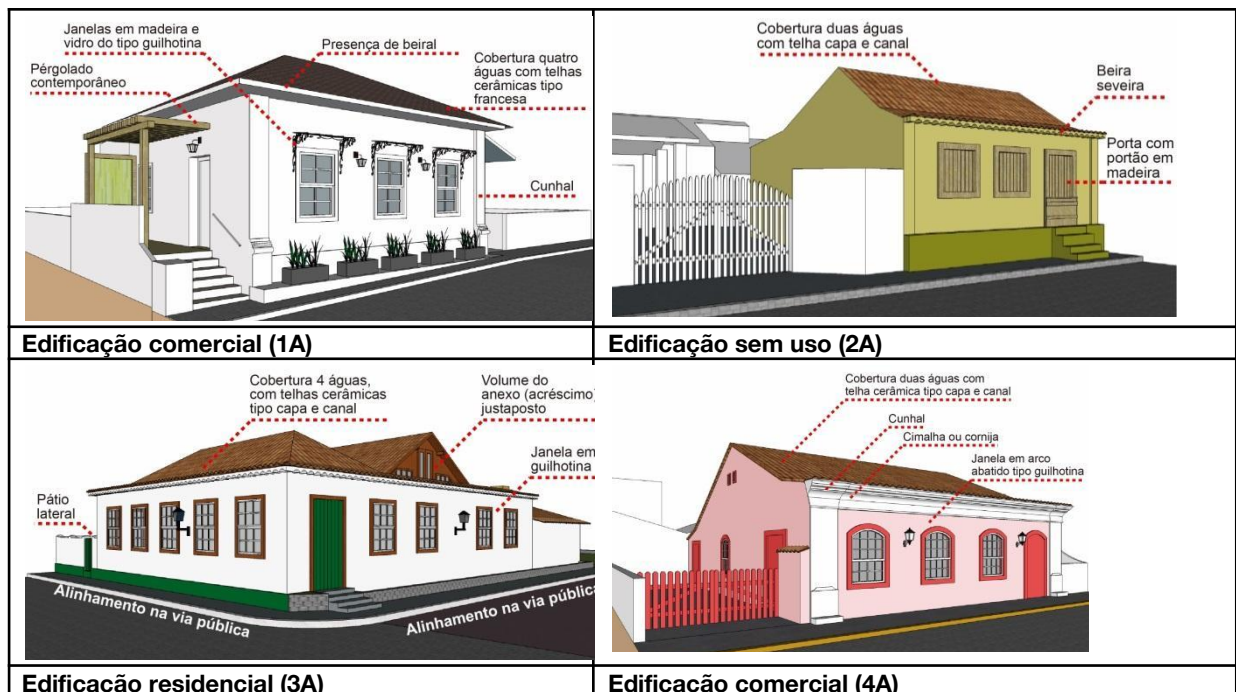
As fachadas são compostas por vãos ritmados, predominando-se os cheios sobre os vazios (maior superfície de paredes e menor área ocupada pelas aberturas). A maioria das arquiteturas possui cunhais ou pilastras nas extremas e que são bem marcados. A vedação é em alvenaria, algumas mantidas caiadas em branco e outras pintadas, não necessariamente nas cores típicas da linguagem arquitetônica.

Os sistemas de coberturas variam entre duas e quatro águas; a maior parte das edificações mantém as telhas do tipo capa e canal. Nas edificações em que há arremates para o encontro do plano de telhado com a vedação, há dois acabamentos identificados: a beira-seveira¹² e as cimalthas ou cornijas.

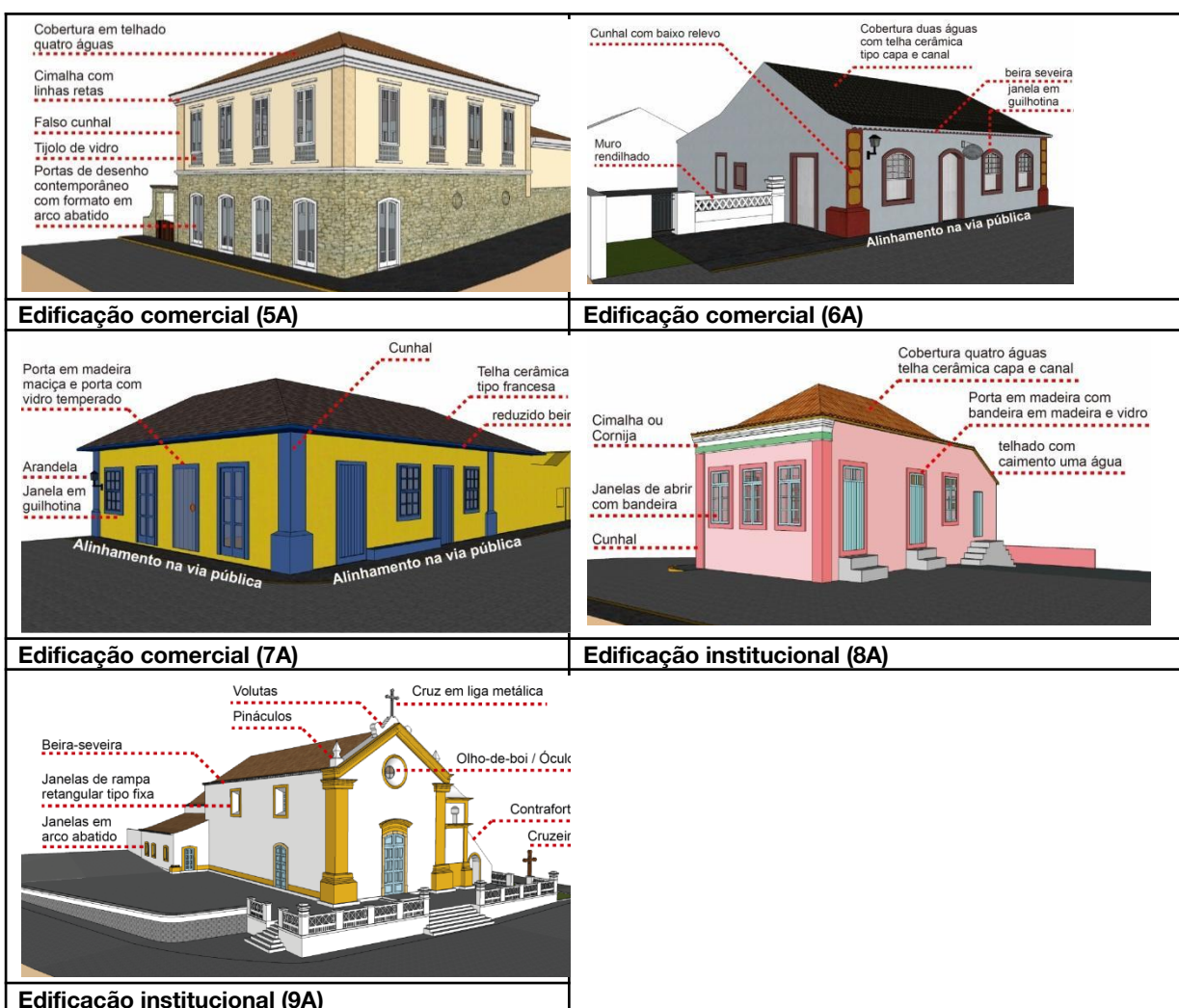
Com relação às esquadrias, têm-se portas em madeira, de uma e duas folhas, com desenhos simples no formato retangular e também em arco abatido, com molduras bem marcadas, em madeira e em argamassa. As portadas da Igreja são as mais ornamentadas do sítio e, são as únicas dotadas de molduras em pedra. As janelas variam entre os tipos guilhotina, abrir e fixa, com formato retangular e em arco abatido. Na Igreja há janelas tipo seteira (na capela lateral), também do tipo rampa retangular (na nave principal) e óculo, ou olho-de-boi (presente na fachada frontal).

As arquiteturas são modestas em escala e também em ornamentação, característica do patrimônio doméstico da região sul do Brasil. A ornamentação mais expressiva pode ser vista na fachada frontal da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, elevação que tem os espessos cunhais como molduras e possui um frontão emoldurado por cimalthas; ao topo há pequenos pináculos e na altura da cumeeira dispõe de acrotério que possui desenhos de volutas. Outra característica do sítio é a presença de muros rendilhados, presente no adro da Igreja, mas também em mais uma das edificações do núcleo histórico.

Quadro 2: Caracterização arquitetônica das edificações inventariadas



¹² Tipo de moldura conformada pelas telhas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

No quadro 3 estão as perspectivas das edificações que permitem visualizar as principais adições na volumetria.

1A: As principais intervenções na volumetria são os acréscimos aos fundos e a cobertura presente na lateral direita; extensões construídas sem levar em consideração critérios como a distinguibilidade. Na lateral esquerda há um pergolado, edificado em material contrastante ao da arquitetura antiga, diferenciando-se em cor e em tecnologia construtiva; este elemento é de caráter reversível, podendo ser removido sem alterar a edificação de interesse histórico.

2A: A edificação possui acréscimos aos fundos e não dispõe de elementos que possam alterar a sua fachada. O estado de conservação está resultando na perda das características arquitetônicas; falta pintura, possui vegetação na cobertura, tem esquadrias danificadas e outros elementos degradados.

3A: A arquitetura de interesse histórico possui um anexo justaposto que apesar de apresentar diferenças nos materiais de construção, como recomendam alguns autores da teoria da restauração, é uma adição que contrasta por cor e por volume.

4A: O bem histórico encontra-se bem conservado, porém aos fundos dispõe de extensões que não seguem referências cromáticas ou formais que possam valorizar a arquitetura.

5A: É um projeto de intervenção cuja volumetria foi construída sobre as ruínas de um antigo casarão. Externamente a nova edificação seguiu a escala, os dois pavimentos, o ritmo das esquadrias e os caimentos da cobertura de sua antecessora. Conforme Brandi, alguns projetos podem ser embasados por dados espaciais e não formais; ele defende que acréscimos possuam distinguibilidade e que sejam evitados os falsos históricos. Nesta edificação, alguns elementos como vedação, esquadrias e cimalkhas podem ser percebidos por leigos como antigos; no interior¹³ a estrutura é feita com diferença de material. Observa-se, portanto que há alguns dos critérios recomendados, especialmente no interior, entretanto, externamente desenvolve-se de modo mimético com o antigo casarão, podendo ser considerada de falsa estética antiga.

6A: Na volumetria, a edificação apresenta adições aos fundos que são implantadas com afastamento do bem histórico. Nas fachadas públicas identificou-se uma porta tipo correr duas folhas, executada em vidro temperado (ou laminado), intervenção que atende ao critério da distinguibilidade material, demonstrando ser obra do tempo presente.

7A: A principal intervenção na volumetria é um pequeno acréscimo que é implantado aos fundos possivelmente como adaptação ao uso. Há portas de vidro sobrepostas às portas de madeira, elementos considerados reversíveis.

8A: Na fachada lateral esquerda (rua Professor Osni Barbato) está a principal intervenção identificada, uma moldura de janela em cujo espaço interno, supostamente ocupado por uma esquadria, há um mural de azulejos com ilustração referente a presença açoriana.

9A: Nas fachadas públicas da Igreja não foram observadas intervenções arquitetônicas. O entorno da edificação possui intervenções mais sutis, especialmente nos revestimentos de piso. Destaca-se como aspecto positivo a edificação do salão paroquial, que não possui interesse histórico e foi construída posteriormente, de modo afastado da Igreja e sem contrastar em volume e nem em cor.

Quadro 3: Intervenções no patrimônio arquitetônico de Santo Antônio de Lisboa

<p>EDIFICAÇÃO COMERCIAL (1A)</p> <p>LINGUAGEM: LUSO-BRASILEIRA</p> <p>INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA: Sim: de modo anexado (direto)</p> <p>INTERVENÇÃO ELEMENTAR: (FACHADA) Sim: arandelas, toldos, placa, medidor de luz, pergolado e condensadoras (a.c.)</p> <p>CONSERVAÇÃO APARENTE: Conservada</p>	<p>EDIFICAÇÃO SEM USO (2A)</p> <p>LINGUAGEM: LUSO-BRASILEIRA</p> <p>INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA: Sim: de modo anexado (direto)</p> <p>INTERVENÇÃO ELEMENTAR: (FACHADA) Não</p> <p>CONSERVAÇÃO APARENTE: Conservação ruim</p>	<p>EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL (3A)</p> <p>LINGUAGEM: LUSO-BRASILEIRA</p> <p>INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA: Sim: de modo anexado (direto)</p> <p>INTERVENÇÃO ELEMENTAR: (FACHADA) Sim: arandelas e medidor de luz</p> <p>CONSERVAÇÃO APARENTE: Conservada</p>

¹³ Dos bens estudados, esta foi a única edificação de Santo Antônio de Lisboa que foi visitada internamente.

<p>EDIFICAÇÃO COMERCIAL (4A) LINGUAGEM: LUSO-BRASILEIRA INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA: Sim: de modo anexado (direto) INTERVENÇÃO ELEMENTAR: (FACHADA) Sim: arandelas e medidor de luz CONSERVAÇÃO APARENTE: Conservada</p>	<p>EDIFICAÇÃO COMERCIAL (5A) LINGUAGEM: LUSO-BRASILEIRA INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA: Sim: de modo anexado (direto) Projeto de intervenção em ruínas INTERVENÇÃO ELEMENTAR: (FACHADA) Sim: nova volumetria edificada sobre a ruína CONSERVAÇÃO APARENTE: Conservada</p>	<p>EDIFICAÇÃO COMERCIAL (6A) LINGUAGEM: LUSO-BRASILEIRA INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA: Sim: de modo afastado INTERVENÇÃO ELEMENTAR: (FACHADA) Sim: placa, arandela, porta de correr na lateral CONSERVAÇÃO APARENTE: Conservada</p>
<p>EDIFICAÇÃO COMERCIAL (7A) LINGUAGEM: LUSO-BRASILEIRA INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA: Sim: de modo anexado (direto) INTERVENÇÃO ELEMENTAR: (FACHADA) Sim: placas, arandela, porta de vidro sobreposta a porta de madeira e medidor de luz CONSERVAÇÃO APARENTE: Conservada</p>	<p>EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL (8A) LINGUAGEM: LUSO-BRASILEIRA INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA: Não INTERVENÇÃO ELEMENTAR: (FACHADA) Sim: medidor de luz, placas, mural de azulejos CONSERVAÇÃO APARENTE: Conservada</p>	<p>EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL (9A) LINGUAGEM: LUSO-BRASILEIRA INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA: Não INTERVENÇÃO ELEMENTAR: (FACHADA) Sim: câmera de segurança e sistema de iluminação CONSERVAÇÃO APARENTE: Conservada</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

6. Considerações finais

Este trabalho relacionou o tema patrimônio ao núcleo histórico de Santo Antônio de Lisboa, local que apresenta importantes heranças portuguesas materializadas no urbanismo e na arquitetura da Ilha de Santa Catarina e que em 2016 foi objeto de um tombamento provisório a nível federal.

Na centralidade do sítio histórico, predominam os usos residenciais, que compartilham o ambiente urbano com os usos institucionais e comerciais, grande parte relacionados à atividade turística, especialmente gastronomia e artesanato.

Os usos relacionados ao Turismo Cultural apresentam-se como potencialidades para a preservação deste núcleo, no entanto, as ações devem priorizar que as funções atribuídas ao patrimônio sejam compatíveis e sensíveis aos valores culturais e materiais dos bens.

A preservação do patrimônio, seja envolvendo obras de restauração ou obras de conservação, é tarefa que compete em boa parte dos casos à instância privada, sejam os proprietários moradores ou



empresários do local. As obras que envolvem estas arquiteturas são acompanhadas pela esfera de proteção em que o bem se encontra protegido (municipal, estadual ou federal). A gestão do patrimônio é tarefa complexa e o monitoramento destes bens é ainda um desafio no Brasil. Espera-se que, num futuro breve, com o tombamento federal definitivo e com o surgimento de novas parcerias e/ou ações de programas voltados à preservação do patrimônio nacional, seja possível que recursos sejam direcionados para projetos e obras de intervenção, tanto na escala urbana, quanto na arquitetônica, visando à preservação deste conjunto de grande significância cultural.

Com a utilização do SIG, foi possível caracterizar a morfologia urbana, localizar os bens inventariados pelo IPHAN e identificar as intervenções no patrimônio que foram resultado de novas extensões nas volumetrias, considerando que boa parte dessas adições não é visível a olho nu pela via pública. Em complementação, por meio do levantamento de campo, foi possível identificar as intervenções que envolvem elementos arquitetônicos, especialmente as alterações presentes nas fachadas públicas.

Observou-se que a maioria das edificações inventariadas possuíam usos durante o período da pesquisa e encontravam-se aparentemente bem conservadas, com apenas uma exceção, que estava sem utilização e mal conservada.

Abordando de modo geral as ações de intervenções observadas, percebeu-se como principal problema a dificuldade em utilizar recomendações difundidas no campo patrimonial, tais como os critérios da distinguibilidade, da mínima intervenção e da reversibilidade, para construções de novas volumetrias. Em alguns casos havia distinguibilidade material, porém a intervenção não era dotada de reversibilidade, ou seja, não seria possível demolir futuramente sem degradar o bem; em outros casos, as novas construções contrastavam com o bem de interesse histórico de modo a não valorizá-lo. O critério da mínima intervenção só foi percebido nos casos em que os anexos foram edificados com afastamento da edificação de interesse histórico, que ocorreu em poucas das obras de acréscimos.

Considerável parte das intervenções possivelmente não foi baseada em projetos que adotassem os mencionados critérios ou linhas de intervenções, seja de uma vertente que possibilitasse autonomia das formas, ou que evitasse contrastar por cor e volume. Há um caso em que as ampliações seguiram a linguagem arquitetônica antiga (luso brasileiro) de modo literal, resultando em volumetrias que podem ser lidas como falsos estéticos e artísticos, diferentemente do que recomenda a teoria para a preservação do patrimônio.

Com relação à paleta de cores utilizada nas edificações, há duas situações diferentes: a primeira refere-se às arquiteturas em que as cores se relacionam melhor com a linguagem da edificação de interesse histórico, fazendo referências a tratamentos cromáticos assim como era presente nas edificações do período e da linguagem em questão (luso-brasileiro). A segunda situação é percebida nas casas em que as cores pintadas são referências contemporâneas, com combinações de cores que não eram comuns no período colonial; além disso, há edificações em que pode não existir um contraste entre os elementos arquitetônicos (vedação, esquadrias e ornamentos) de modo a não valorizá-los. Deste modo, as cores podem ser interpretadas como intervenções no patrimônio, pois alteram a percepção das arquiteturas caracterizadas como luso-brasileiras.

Por fim, a identificação de intervenções, sejam elas de caráter cromático, volumétrico ou mesmo de elementos arquitetônicos nos bens remanescentes, é um resultado que permite caracterizar esse patrimônio e discutir as alterações materializadas nessas heranças, compreendendo que são adaptações muitas vezes necessárias para comportar as utilizações e necessidades da vida contemporânea. Nesse entendimento, o que se pretendeu ilustrar foi como isso tem sido feito, muitas vezes de um modo não planejado e dissociado de crítica. Intervir no patrimônio edificado é um desafio que necessita, antes de qualquer coisa, da interpretação da edificação de interesse histórico e cultural para que toda e qualquer ação possa ser desenvolvida considerando as sensibilidades do bem cultural e evitando descaracterizá-lo ou arruiná-lo.



Cabe ressaltar que há intervenções que são mimetizadas e de difícil identificação; considera-se que somente com o desenvolvimento de um levantamento arquitetônico pormenorizado e com a consulta nos projetos originais e em fotos antigas (quando documentados) é que seria possível discutir com maior precisão sobre as alterações no patrimônio para o apontamento de soluções projetuais que visem à preservação.

7. Referências

ADAMS, Betina Maria. **Territórios patrimoniais como atrativos turísticos**: Freguesias de Santo Antônio de Lisboa e do Ribeirão da Ilha. In: BRITO, Marcelo (org.). REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Brasil e Região Sul: Oportunidades e desafios para a gestão patrimonial. Brasília: IPHAN, v. 1, n. 40, 2019. Anual.

ADAMS, Betina Maria; NUNES, Maria Anilta; ARAÚJO, Suzane Albers. Política de Preservação do Patrimônio Cultural. Florianópolis: Gerência do Sephan, 2012.

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**: Volume I - A a I. São Paulo: ProEditores, 1997-1998. 316p.

_____. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**: Volume II - J a Z. São Paulo: ProEditores, 1998. 354p.

ALTHOFF, Fátima Regina. Aspectos urbano-arquitetônicos dos principais núcleos luso-brasileiros do litoral catarinense. In: NEA – Núcleo de Estudos Açorianos/UFSC. Disponível em: <<https://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fatima/>>. Acesso em: 23 novembro 2021.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Papirus Editora. Edição do Kindle. 2014. 160 p.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010. 376 p.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 4. ed. Cotia, Sp: Ateliê Editorial, 2019. 264 p. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl

BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em: 15 janeiro 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, Capítulo II – Seção II – DA CULTURA, Art. 216. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 janeiro 2021.

_____. IPHAN. Ministério do Turismo. **Programa Revive**: Cooperação internacional promove Patrimônio Cultural e Turismo. 2020. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5619/programa-revive-cooperacao-internacional-promov-e-patrimonio-cultural-e-turismo>>. Acesso em: 17 novembro 2021.

CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura**. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 319 p. Tradução de Julio Fischer

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. 184 p. Tradução de



João Gabriel Alves Domingos.

DIOGO, Érica. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2009. 304 p.

FARIAS, Vilson Francisco de. **De Portugal ao sul do Brasil – 500 anos – História, Cultura e Turismo**. Florianópolis: Ed. do autor, 2001. 840 p.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN**: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/120926-Muito-antes-do-sphan-a-politica-de-patrimonio-historico-no-brasil-1838-1937.html>>. Acesso em: 13 julho 2022.

FLORIANÓPOLIS. SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL DO MUNICÍPIO (SEPHAN). **Inventário do Patrimônio Cultural**. 2012. Disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_09_2012_17.59.17.228578edd7e825f7ffe8b469a50be259.pdf> Acesso em: 19 novembro. 2021.

_____. Decreto nº 15.069, 18 de agosto de 2015. Retifica integralmente o Decreto 12.854, de 2014, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis nº 1.186, de 2014, que Tomba como Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, conjuntos históricos e paisagísticos e classifica os imóveis inseridos na poligonal resultante, localizadas em Santo Antônio de Lisboa e Praia das Flores, em Sambaqui, nos termos da Lei nº 1202, de 1974, Lei 6486, de 2004, Lei complementar 154, de 2005 e Lei complementar nº 482, de 2014.

_____. Lei Complementar nº 482, 17 de janeiro de 2014. Institui o plano diretor de urbanismo do município de Florianópolis que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN 2005. 296 p.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC). Catálogos de Bens Tombados. Santa Catarina: FCC, 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 28, n. 55, p. 211-228, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-21862015000100012>.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. **Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos**. MIDAS (Online), 2013. Disponível em: <<https://click.endnote.com/viewer?doi=10.4000%2Fmidas.131&token=WzIOMzU0MTgsljEwLjQwMDAvbWlYXMuMTMxIl0.ZZloqSUCocpVO84IKxcG2tnsvJE>>. Acesso em: 18 novembro 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. PAC Cidades Históricas. Disponível em <<https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pac-cidades-historicas>> Acesso em: 17 janeiro 2021.

_____. Programa de Preservação de Cidades Históricas. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>> Acesso em: 17 novembro 2021



- IPHAN/SC. **As Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis**. Florianópolis. Dossiê de Tombamento. IPHAN/SC. Jan de 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Freguesias%20-%20Resumo%20Dossi%C3%A4%20de%20Tombamento.pdf>> Acesso em: 20 abril 2020. 187p.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 287-320, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-47142010000200008>.
- _____. Observações sobre os Textos de Gustavo Giovannoni. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia, Sp: Ateliê Editorial, 2017. 208 p. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl, Carlos Roberto M. de Andrade, Renata Campello Cabral.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1990, p. 535. Tradução Bernardo Leitão.
- KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 229 p. Tradução Neide Luzia de Resende.
- MARTINS, Ana Canas Delgado. A documentação do Conselho Ultramarino como patrimônio arquivístico comum: subsídios a sua história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, 2018, p. 39-54.
- MORI, Klára Kaiser. **BRASIL: URBANIZAÇÃO E FRONTEIRAS**. 1996. 294 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Cap. 01.
- NAZCO, Diamiry Cabrera; ESCALONA, Yulianne Pérez; VILLA, Wilfredo Manual Castro; PORTUGUEZ, Anderson Pereira; ARIAS, Iliana; TAMAYO, Daryannis; RODRÍGUEZ, Sergio; RAMOS, Yudelis; AGURA, Katia Fernández. La revalorización del patrimonio cultural.: propuesta metodológica desde cuba. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira *et al* (org.). **Turismo, Território e Patrimônio Histórico Cultural: experiências cubanas e brasileiras na perspectiva da cooperação para a promoção do desenvolvimento local**. Ituiutaba, Mg: Barlavento, 2015. 423 p. Ituiutaba, Mg: Barlavento, 2015. 423 p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **THE 2009 UNESCO FRAMEWORK FOR CULTURAL STATISTICS (FCS)**. Quebec, Montreal, 2009. Disponível em: <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/unesco-framework-for-cultural-statistics-2009-en_0.pdf>. Acesso em: 16 novembro 2021. 100 p.
- PELUSO JR., Victor A. **Tradição e Plano Urbano: Cidades Portuguesas e Alemãs no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1953.
- PEREIRA, Nereu do Vale. **Contributo Açoriano para a construção do Mosaico Cultural Catarinense**. Florianópolis: Papa-livro, 2003. 287 p.
- PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Pallotti, 1982. 311 p.
- REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina: Permanências e transformações**. Florianópolis: UFSC, 2012. 284p.



RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014. 88 p. Werner Rothschild Davidsohn.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2004. 119 p.

SOARES, Iaponan (org.). **Santo Antônio de Lisboa - Vida e Memória**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990. 208p.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina**: Séculos XVIII e XIX. Florianópolis: IOESC, 1981. 260 p.

VAINFAS, Ronaldo; HERMANN, Jacqueline; NEVES, Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; RAMINELLI, Ronald José; FARIA, Sheila Siqueira de Castro (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500 - 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 599 p.

Douglas Jacob Feger

Mestrando em arquitetura e urbanismo na área de concentração 'Urbanismo, história e arquitetura da Cidade' na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisador Bolsista de Iniciação Científica no Laboratório de Preservação do Patrimônio da Universidade do Estado de Santa Catarina, em Laguna, na área de Geoprocessamento (Agosto de 2016 a Julho de 2017). Bolsista de graduação sanduíche pela CAPES na Savannah College of Art & Design (SCAD), Savannah, GA, Estados Unidos (Agosto de 2014 a Novembro de 2015), com pesquisa de verão no Illinois Institute of Technology (IIT), Chicago, IL, Estados Unidos. Técnico em Edificações pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Campus Canoinhas, SC (2011-2012).

Margarita Barretto

Museóloga, com Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1998), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e Graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1984). Fez estágio de Pós Doutorado em Antropologia na UFSC (2002). É professora universitária e pesquisadora do CNPq Nível 2. Leciona a disciplina Metodologia da Pesquisa na pós graduação das faculdades de Arquitetura da UFSC (Brasil) e da UBA (Argentina). Tem experiência na área de Educação, e suas pesquisas tem focado a cultura, o turismo e o patrimônio assim como os estudos de antropologia do turismo. Está pesquisando os processos de turistificação do patrimônio nas missões de São Miguel Arcanjo (RS), San Ignacio Mini (Misiones, Argentina) e Calera de las Huérfanas, Uruguai, recentemente incorporada ao conjunto missionário. Membro efetivo da ABA- Associação Brasileira de Antropologia. Membro do conselho editorial de revistas nacionais e internacionais de turismo e cultura. Em 2016 graduou-se como Bacharel em Museologia para direcionar seus estudos ao tema PATRIMÔNIO, relacionando-o ao turismo, à arquitetura e à educação. Atuou também como professora e orientadora convidada nas universidades argentinas UBA, UNT e UNC. Foi fundadora do Grupo de Pesquisa CulTuS- Cultura, Turismo e Sociedade, atualmente desativado.

Como citar: FEGER, D.J., BARRETTO, M.N. Heranças arquitetônicas portuguesas: intervenções no patrimônio de Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis, SC. *Paranoá*, (33), 1-24. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.21>.

Editores responsáveis: Viviane Ceballos, Regina Oliveira e Maria Fernanda Derntl.